

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0137/2018

Conselheiro Relator: *Elias Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.349/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70880 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO – NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 05 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Elias Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0138/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.333/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70194 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO – NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 05 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0139/2018

Conselheiro Relator: *Elías Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.325/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70192 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO – NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS — APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 05 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Elías Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0140/2018

Conselheiro Relator: *Elias Correia Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.328/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70189 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO – NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 05 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Elias Correia Pedrozo
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0141/2018

Conselheiro Relator: ***Elias Correia Pedrozo***

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.324/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70191 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

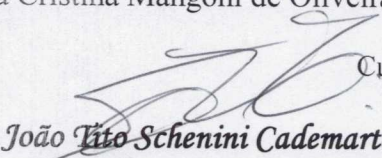
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA TRANSPORTE COLETIVO – NÃO CUMPRIMENTO DE HORÁRIO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – PRECLUSÃO DA NOTIFICAÇÃO NÃO CONFIRMADA - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA.

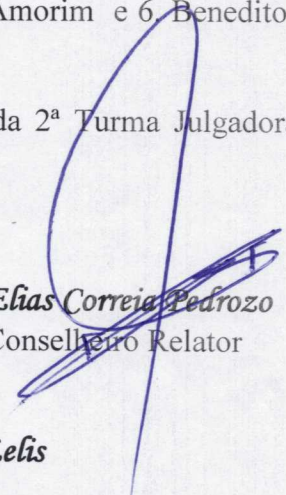
ACÓRDÃO

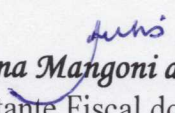
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Benedito Oscar Fernandes de Campos.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 05 de outubro de 2.018


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma


Elias Correia Pedrozo
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0142/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.135/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração nº 70936 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- VEÍCULO COM DEFEITO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 4.406/2003 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava com placa indicativa de itinerário de papel. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 10 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Luiz Mário Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0143/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.095/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração nº 70947 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- VEÍCULO COM DEFEITO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 4.406/2003 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava com placa indicativa de itinerário de papel. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 10 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Luiz Mário Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0144/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.100/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração nº 70934 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

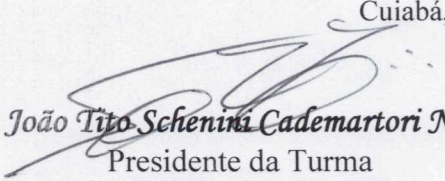
ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- VEÍCULO COM DEFEITO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 4.406/2003 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava com placa indicativa de itinerário de papel. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

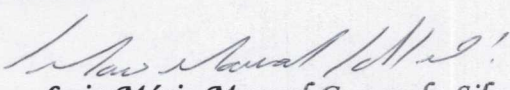
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 10 de outubro de 2.018


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma


Luiz Mário Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0145/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.115/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração nº 70935 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- VEÍCULO COM DEFEITO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 4.406/2003 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava com placa indicativa de itinerário de papel. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 10 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Luiz Mário Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 03 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0146/2018

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad gomes da Silva*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.048.138/2018-1 de 07/05/2018

Auto de Infração nº 70938 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- VEÍCULO COM DEFEITO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 4.406/2003 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava com placa indicativa de itinerário de papel. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de motivação. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 10 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Luiz Mário Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0147/2018

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.364/2017-1 de 25/09/2017

Auto de Infração de Transporte nº 0142 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

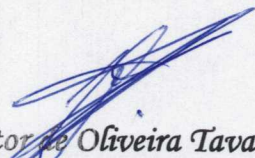
CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “ Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias , a contar da data de recebimento da decisão.” . 2. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 11.06.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.07.2017, isto é, 33 dias após ter sido notificada. 4. Assim sendo o prazo previsto neste artigo é peremptório e em virtude da preclusão fica decretada a revelia da recorrente. 5. Desta forma, forçoso reconhecer a intempestividade do presente recurso. 6. Recurso não conhecido. 7. Decisão de primeira instância ratificada. Auto de Infração mantido.

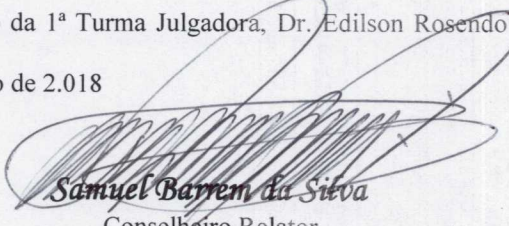
ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 16 de outubro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0148/2018

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.269/2017-1 de 25/09/2017

Auto de Infração de Transporte nº 0478 - SEMOB - Valor: R\$ 5.000,00

EMENTA


CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “ Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias , a contar da data de recebimento da decisão.”. 2. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 11.06.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.07.2017, isto é, 33 dias após ter sido notificada. 4. Assim sendo o prazo previsto neste artigo é preempatório e em virtude da preclusão fica decretada a revelia da recorrente. 5. Desta forma, forçoso reconhecer a intempestividade do presente recurso. 6. Recurso não conhecido. 7. Decisão de primeira instância ratificada. Auto de Infração mantido.

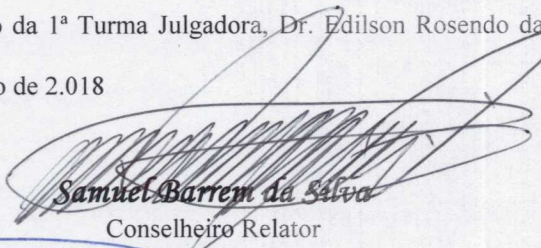
ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 16 de outubro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0149/2018

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.768/2017-1 de 26/09/2017

Auto de Infração de Transporte nº 1069 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias, a contar da data de recebimento da decisão.”. 2. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 11.06.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.07.2017, isto é, 33 dias após ter sido notificada. 4. Assim sendo o prazo previsto neste artigo é preempatório e em virtude da preclusão fica decretada a revelia da recorrente. 5. Desta forma, forçoso reconhecer a intempestividade do presente recurso. 6. Recurso não conhecido. 7. Decisão de primeira instância ratificada. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 16 de setembro de 2.018

Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma

Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator

Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0150/2018

Conselheiro Relator: *Samuel Barrem da Silva*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.105.272/2017-1 de 25/09/2017

Auto de Infração de Transporte nº 1064 - SEMOB - Valor: R\$250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSO FISCAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE VERIFICADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO. DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. O artigo 13 da Lei Municipal nº 5.766 de 20 de dezembro de 2013 é taxativo ao dispor que “ Da decisão prolatada pela autoridade de transporte que reconhecer o cometimento da infração, com aplicação da penalidade de multa, caberá recurso com efeito suspensivo ao Conselho de Recursos Fiscais do Município, no prazo de 30 dias , a contar da data de recebimento da decisão.” . 2. No presente caso, a recorrente foi devidamente intimada da decisão de 1ª Instância em data de 11.06.2017, conforme faz prova notificação constante dos autos. 3. Sendo que a recorrente interpôs o presente recurso somente em data de 13.07.2017, isto é, 33 dias após ter sido notificada. 4. Assim sendo o prazo previsto neste artigo é peremptório e em virtude da preclusão fica decretada a revelia da recorrente. 5. Desta forma, forçoso reconhecer a intempestividade do presente recurso. 6. Recurso não conhecido. 7. Decisão de primeira instância ratificada. Auto de Infração mantido.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **não conhecer** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Divalmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 16 de setembro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Samuel Barrem da Silva
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0151/2018

Conselheiro Relator: *Marcelo Daubian Paes de Barros*

Recorrente: **BANCO DO BRASIL S/A**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMF

Recurso Ex Offício Processo nº: 0.096.376/2017-1 de 31/08/2017

Auto de Infração e Apreensão nº 1443/2017 - Valor: R\$ 15.203,50

EMENTA

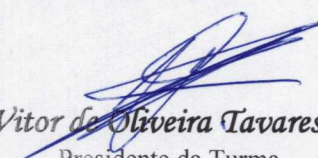
PROCESSO ADMINISTRATIVO. ISSQN. PAGAMENTO EFETUADO EM TEMPO E MODO DEVIDO PELO SUJEITO PASSIVO. INDEVIDA FISCALIZAÇÃO. CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS. RECURSO EX OFFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Documentação acostada aos autos comprova o recolhimento integral dos valores cobrados pelo fisco municipal em momento anterior a lavratura da notificação fiscal. Imperioso o reconhecimento da quitação e cancelamento do auto de infração. Recurso de ofício a que se nega provimento.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Vitor de Oliveira Tavares, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Ex Offício nos termos do voto do Conselheiro relator **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Samuel Barrem da Silva; 2. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira; 3. Diválmo Pereira Mendonça; 4. Vitor de Oliveira Tavares; 5. Roberto Carloni de Assis e 6. Dauto Barbosa Castro Passare.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 16 de outubro de 2.018


Vitor de Oliveira Tavares
Presidente da Turma


Marcelo Daubian Paes de Barros
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0153/2018

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.390/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70199 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

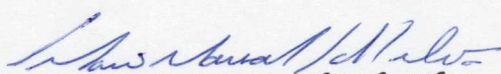
DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA EM RAZÃO DE OMISSÃO DE HORÁRIO TRANSPORTE COLETIVO – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1º, ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO E DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DA NOTIFICAÇÃO E DESATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – INTERPOSIÇÃO DA IRRESIGNAÇÃO FORA DE PRAZO – RECURSO NÃO CONHECIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora de prazo fixado na notificação da decisão de julgamento de primeira instância. no presente caso, o recurso foi protocolizado 38 (trinta e oito) dias após o recebimento do aviso , acarretando inevitável reconhecimento de intempestividade.

ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. Elias Coreia Pedrozo; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de outubro de 2.018


Luiz Mario Massad G da Silva

Presidente da Turma
em exercício


João Tito Schenini Cademartori Neto

Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0154/2018

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.432/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70886 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA EM RAZÃO DE OMISSÃO DE HORÁRIO TRANSPORTE COLETIVO – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1º, ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO E DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DA NOTIFICAÇÃO E DESATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – INTERPOSIÇÃO DA IRRESIGNAÇÃO FORA DE PRAZO – RECURSO NÃO CONHECIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora de prazo fixado na notificação da decisão de julgamento de primeira instância. no presente caso, o recurso foi protocolizado 38 (trinta e oito) dias após o recebimento do aviso , acarretando inevitável reconhecimento de intempestividade.

ACÓRDÃO

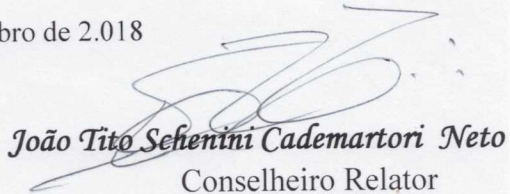
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. Elias Coreia Pedrozo; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

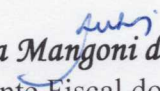
Cuiabá, 17 de outubro de 2.018


Luiz Mario Massad G da Silva

Presidente da Turma
em exercício


João Tito Schenini Cademartori Neto

Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0155/2018

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.426/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70572 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

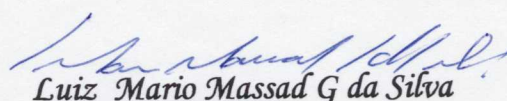
DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA EM RAZÃO DE OMISSÃO DE HORÁRIO TRANSPORTE COLETIVO – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1º, ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO E DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DA NOTIFICAÇÃO E DESATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – INTERPOSIÇÃO DA IRRESIGNAÇÃO FORA DE PRAZO – RECURSO NÃO CONHECIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora de prazo fixado na notificação da decisão de julgamento de primeira instância. no presente caso, o recurso foi protocolizado 38 (trinta e oito) dias após o recebimento do aviso , acarretando inevitável reconhecimento de intempestividade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. Elias Coreia Pedrozo; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de outubro de 2.018


Luiz Mario Massad G da Silva

Presidente da Turma
em exercício


João Tito Schenini Cademartori Neto

Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 17 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0156/2018

Conselheiro Relator: *João Tito Schenini Cademartori Neto*

Recorrente: **PANTANAL TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.046.353/2018-1 de 03/05/2018

Auto de Infração nº 70571 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

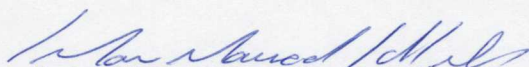
DIREITO ADMINISTRATIVO- AUTO DE INFRAÇÃO. MULTA EM RAZÃO DE OMISSÃO DE HORÁRIO TRANSPORTE COLETIVO – VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1º, ANEXO I, GRUPO III, CÓDIGO E DA LEI N. 5.766/2013 – RECURSO ADMINISTRATIVO VOLUNTÁRIO – ALEGAÇÃO DE INTEMPESTIVIDADE DA NOTIFICAÇÃO E DESATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – INTERPOSIÇÃO DA IRRESIGNAÇÃO FORA DE PRAZO – RECURSO NÃO CONHECIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO. Não merece ser conhecido o recurso que é interposto fora de prazo fixado na notificação da decisão de julgamento de primeira instância. no presente caso, o recurso foi protocolizado 38 (trinta e oito) dias após o recebimento do aviso , acarretando inevitável reconhecimento de intempestividade.

ACÓRDÃO

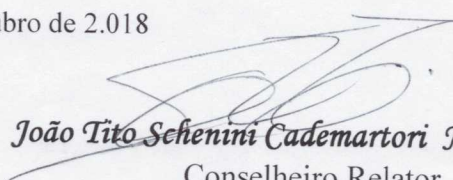
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto do Conselheiro Relator, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Luiz Mário Massad Gomes da Silva; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. Elias Coreia Pedrozo; 4. Benedita Madaleno da Costa; 5. Reginaldo Conceição Amorim e 6. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 17 de outubro de 2.018


Luiz Mario Massad G da Silva

Presidente da Turma
em exercício


João Tito Schenini Cademartori Neto
Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0157/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.119.589/2017-1 de 06/11/2017

Auto de Infração nº 2645 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA


ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- VEÍCULO SEM LUMINOSO DE ITINERÁRIO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 4.406/2003 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava sem luminoso indicativo de itinerário de papel. Violação ao artigo da Lei 4.406/2003. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de elementos correspondentes a infração. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva e 5. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 24 de outubro de 2.018


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0158/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.070.024/2017-1 de 23/06/2017

Auto de Infração nº 60283 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

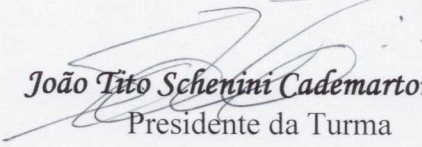
ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- DESCUMPRIR NOTIFICAÇÃO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Autuado por descumprir notificação de nº 111530. Violação ao artigo da Lei 5.766/2013. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de elementos correspondentes a infração. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva e 5. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 24 de outubro de 2.018


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0159/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.330/2017-1 de 31/08/2017

Auto de Infração nº 1056 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- ELEVADOR COM DEFEITO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Veículo de concessionária de transporte coletivo que circulava com elevador com defeito na barreira de proteção. Violação ao artigo da Lei 5.766/2013. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de elementos correspondentes a infração. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva e 5. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 24 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0160/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.329/2017-1 de 31/08/2017

Auto de Infração nº 2684 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

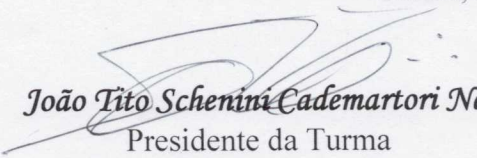
ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- DESCUMPRIR NOTIFICAÇÃO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Autuado por descumprir notificação de nº 2677. Violação ao artigo da Lei 5.766/2013. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de elementos correspondentes a infração. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.


ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva e 5. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 24 de outubro de 2.018


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 24 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0161/2018

Conselheira Relatora: *Benedita Madaleno da Costa*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.096.335/2017-1 de 31/08/2017

Auto de Infração nº 1057 - SEMOB - Valor: R\$ 826,00

EMENTA

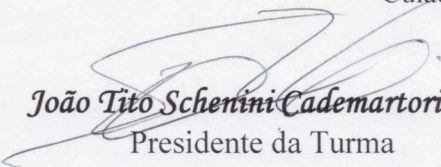
ADMINISTRATIVO- MULTA ADMINISTRATIVA. TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS- DESCUMPRIR NOTIFICAÇÃO -VIOLAÇÃO DA LEI N. 5.766/2013 – AUTO DE INFRAÇÃO – LEGALIDADE - CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS – SUBSISTÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO – DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA RATIFICADA. 1. Autuado por descumprir notificação de nº 2699. Violação ao artigo da Lei 5.766/2013. Multa . Admissibilidade. 2. Auto de Infração que preenche os requisitos legais, permitindo à atuada exercer o contraditório e a ampla defesa, inclusive em grau recursal. Inexistência de ilegalidade na multa aplicada e falta de elementos correspondentes a infração. Pedido improcedente. Sentença mantida. Recurso improvido.

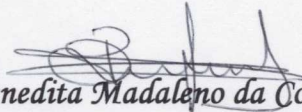
ACÓRDÃO


Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor João Tito S Cademartori Neto , na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e improver** o Recurso Voluntário, nos termos do voto da Conselheira Relatora, manter o auto de infração **ratificando** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Relatora os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Marcel Jose Peres Lopes; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva e 5. Onofre Russo Filho.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Dr^a. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 24 de outubro de 2.018


João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma


Benedita Madaleno da Costa
Conselheira Relatora


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 30 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0162/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa de Castro Passare*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.119.592/2017-1 de 06/11/2017

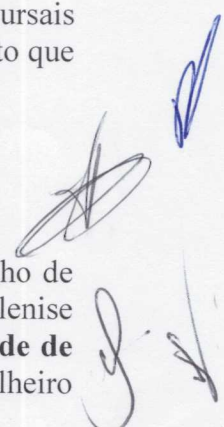
Auto de Infração nº 0146 - SEMOB - Valor: R\$ 177,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - PROCESSO ADMINISTRATIVO - REQUISITOS DE VALIDADE VERIFICADO - VALOR DA MULTA CORRETAMENTE APLICADA - NÃO COMPROVADA A AUSÊNCIA DE DERRAMAMENTO DE COMBUSTÍVEL - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) Quanto ao pleito de nulidade do auto de infração por ausência da presença de testemunhas e inexistência de indicação do local da infração não procedem, por primeiro, porque consta no auto de infração a indicação do local da infração como “Praça Bispo Dom José”, por segundo, porque a legislação não exige a presença de testemunhas no ato da lavratura do auto (art. 9º, da Lei nº 5.766/2013), como bem destacou o julgador “a quo”. Portanto, tem-se que não há fundamento a alicerçar a tese da empresa recorrente. 2) No tocante à questão do enquadramento e aplicação de multa, e quanto a este ponto frise-se que a tipificação administrativa a ser considerada no presente caso é aquela prevista no Anexo I, Grupo II, código “A” da Lei nº 5.766/2013, conforme constou no auto, qual seja: “**operar com veículo derramando combustível ou lubrificantes na via pública ou no seu interior.**” Portanto, trata-se de norma específica, que dispõe sobre cumprimento e deveres legais de Regulamento e de instruções pertinentes. E a referida norma, em seu artigo 1º, item II, que bem dispõe sobre a multa, fixando de forma expressa a sua quantificação, que no caso ficou estabelecida no valor correspondente a R\$ 177, 00 (cento e setenta e sete reais). Portanto a regra a imperar neste caso, é a regra específica, seja quanto à obrigação a que está afeito o infrator, seja em relação a própria infração e respectiva multa. 3) As argumentações recursais de que não houve derramamento de combustível, por si só, não alcança provimento, visto que o recorrente não produziu nenhuma prova a respeito. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de S Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e não prover** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os



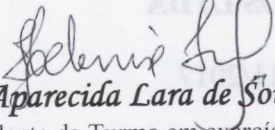
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS


Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

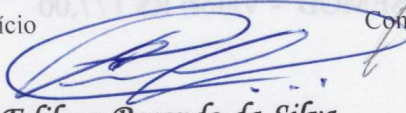
Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Roberto Carloni de Assis e 4. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 30 de outubro de 2018


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Presidente da Turma em exercício


Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 30 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0163/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa de Castro Passare*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.119.591/2017-1 de 06/11/2017

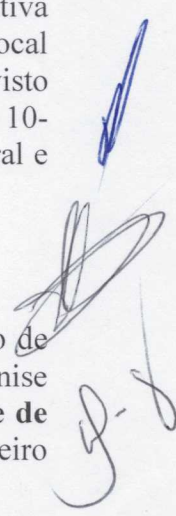
Auto de Infração nº 2641 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - PROCESSO ADMINISTRATIVO – REQUISITOS DE VALIDADE DO AUTO VERIFICADO – VALOR DA MULTA CORRETAMENTE APLICADA – NÃO COMPROVADA A PARADA DO VEÍCULO NO PONTO DETERMINADO – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) Quanto ao pleito de nulidade do auto de infração por ausência da presença de testemunhas e inexistência de indicação do local da infração não procedem, por primeiro, porque consta no auto de infração a indicação do local da infração como “Praça Bispo Dom José”, por segundo, porque a legislação não exige a presença de testemunhas no ato da lavratura do auto (art. 9º, da Lei nº 5.766/2013), como bem destacou o julgador “a quo”. Portanto, tem-se que não há fundamento a alicerçar a tese da empresa recorrente. 2) No tocante à questão do enquadramento e aplicação de multa, e quanto a este ponto frise-se que a tipificação administrativa a ser considerada no presente caso é aquela prevista no Anexo I, Grupo III, código “b” da Lei nº 5.766/2013, conforme constou no auto, qual seja: **“alterar os pontos de parada, sem autorização”**. Portanto, trata-se de norma específica, que dispõe sobre cumprimento e deveres legais de Regulamento e de instruções pertinentes. E a referida norma, em seu artigo 1º, item II, que bem dispõe sobre a multa, fixando de forma expressa a sua quantificação, que no caso ficou estabelecida no valor correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Portanto a regra a imperar neste caso, é a regra específica, seja quanto à obrigação a que está afeito o infrator, seja em relação a própria infração e respectiva multa. 3) As argumentações recursais de que o recorrente não realizou a parada no local determinado por ocasião de fiação elétrica exposta ao chão, não alcança provimento, visto que o recorrente não produziu nenhuma prova de tal fato. Os documentos juntados às fls 10-13 não faz prova do alegado. Ademais trata-se de documento elaborado de forma unilateral e de fácil confecção. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de S Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e não prover** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os



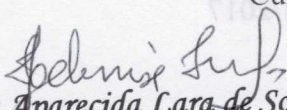
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.


Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Roberto Carloni de Assis e 4. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 30 de outubro de 2018


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Presidente da Turma em exercício


Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

ACÓRDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 30 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0164/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa de Castro Passare*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.119.590/2017-1 de 06/11/2017

Auto de Infração nº 2646 - SEMOB - Valor: R\$ 250,00

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - PROCESSO ADMINISTRATIVO - PRELIMINAR DE TEMPESTIVIDADE DE CITAÇÃO - REQUISITOS DE VALIDADE DO AUTO VERIFICADO – VALOR DA MULTA CORRETAMENTE APLICADA – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) De início, observe-se que o auto de infração foi lavrado em 16.05.2017, tendo ocorrido à notificação do autuado em 14.11.2017, o que por si só já refuta a tese da recorrente. E ainda que não o fosse, se faz importante ressaltar que não há na legislação de regência a atribuição do prazo de 30 (trinta) dias Para realização de notificação do autuado., Razão pela qual, rejeito a preliminar arguida. 2) De igual modo, a arguição de nulidade do auto de infração por ausência de elementos essenciais não procedem, por primeiro, porque consta no auto de infração a indicação do local da infração como “Praça Bispo Dom José”, por segundo, porque a legislação não exige a presença de testemunhas no ato da lavratura do auto (art. 9º, da Lei nº 5.766/2013. 3) quanto à questão do enquadramento e aplicação de multa, e quanto a este ponto frise-se que a tipificação administrativa a ser considerada no presente caso é a não observância e respeito a viagem programada para a linha, conforme horário determinado pela Ordem de Serviço de Operação da citada linha, ou seja, a empresa autuada não cumpriu com o horário programado para a linha 525. A regular matéria, têm-se a Lei nº 5.766/1 a qual em seu Anexo I, Grupo III, alínea “e” dispõe a seguinte tipificação: “**descumprir horário de viagem ou itinerário conforme estabelecido nas Ordens de Serviço de Operação por Linha**”, que bem dispõe sobre multa, fixando de forma expressa a sua quantificação, que no caso ficou estabelecida no valor correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais. 3) As argumentações recursais de que o recorrente atua com profundo zelo em relação aos seus passageiros e em especial com o município, não alcança provimento, visto que o recorrente não produziu nenhuma prova de que tenha realmente colocado veículo para cumprimento do horário da referida linha conforme estipulado na OSO. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de S Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de**

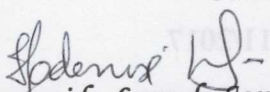
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS


Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.


votos, em **conhecer e não prover** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Roberto Carloni de Assis e 4. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.018,


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Presidente da Turma em exercício


Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em reunião ordinária, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de S. Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 30 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0165/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa de Castro Passare*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.131.916/2017-1 de 06/12/2017

Auto de Infração nº 1156 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - PROCESSO ADMINISTRATIVO - REQUISITOS DE VALIDADE DO AUTO VERIFICADO - VALOR DA MULTA CORRETAMENTE APLICADA - NÃO COMPROVADA A EXISTÊNCIA DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ITINERÁRIO NO ATO DA AUTUAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) Quanto ao pleito de nulidade do auto de infração por ausência da presença de testemunhas e inexistência de indicação do local da infração não procedem, por primeiro, porque consta no auto de infração a indicação do local da infração como "Praça Bispo Dom José", por segundo, porque a legislação não exige a presença de testemunhas no ato da lavratura do auto (art. 9º, da Lei nº 5.766/2013), como bem destacou o julgador "a quo". Portanto, tem-se que não há fundamento a alicerçar a tese da empresa recorrente. 2) Quanto ao enquadramento e aplicação de multa, frise-se que a tipificação administrativa a ser considerada no presente caso é aquela prevista no artigo 1º da Lei nº 4.406/2003, conforme constou no auto, qual seja: **"ausência de exibição no lado externo do veículo, de placa de itinerário"**. Portanto, trata-se de norma específica, que dispõe sobre a fixação do itinerário das linhas nas laterais dos veículos de transporte coletivo de passageiros do Município de Cuiabá. E a referida norma, em seu artigo 3º, que bem dispõe sobre a multa, fixando de forma expressa a sua quantificação, que no caso ficou estabelecida no valor correspondente a 50 (cinquenta) UFIR's ou outro índice que vier a substituí-lo. Portanto a regra a imperar neste caso, é a regra específica, seja quanto à obrigação a que está afeito o infrator, seja em relação a própria infração e respectiva multa. 3) Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à recorrente, visto que não produziu nenhuma prova de que o veículo autuado exibia placa lateral de itinerário, conforme exige ao artigo 1º da Lei nº 4.406/2003. Por consequência, não há nenhum fato a se contrapor a autuação lavrada pela fiscalização municipal. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de S Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e não prover** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os

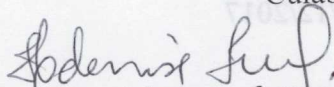
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.


Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Roberto Carloni de Assis e 4. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 30 de outubro de 2018


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Presidente da Turma em exercício


Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

ACÓRDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 30 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0166/2018

Conselheiro Relator: *Dauto Barbosa de Castro Passare*

Recorrente: **EXPRESSO NS TRANSPORTES URBANOS LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SEMOB

Recurso Voluntário Processo nº: 0.131.918/2017-1 de 06/12/2017

Auto de Infração nº 2650 - SEMOB - Valor: 50 UFIR's

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - PROCESSO ADMINISTRATIVO - REQUISITOS DE VALIDADE DO AUTO VERIFICADO - VALOR DA MULTA CORRETAMENTE APLICADA - NÃO COMPROVADA A EXISTÊNCIA DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ITINERÁRIO NO ATO DA AUTUAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1) Quanto ao pleito de nulidade do auto de infração por ausência da presença de testemunhas e inexistência de indicação do local da infração não procedem, por primeiro, porque consta no auto de infração a indicação do local da infração como "Praça Bispo Dom José", por segundo, porque a legislação não exige a presença de testemunhas no ato da lavratura do auto (art. 9º, da Lei nº 5.766/2013), como bem destacou o julgador "a quo". Portanto, tem-se que não há fundamento a alicerçar a tese da empresa recorrente. 2) Quanto ao enquadramento e aplicação de multa, frise-se que a tipificação administrativa a ser considerada no presente caso é aquela prevista no artigo 1º da Lei nº 4.406/2003, conforme constou no auto, qual seja: **"ausência de exibição no lado externo do veículo, de placa de itinerário"**. Portanto, trata-se de norma específica, que dispõe sobre a fixação do itinerário das linhas nas laterais dos veículos de transporte coletivo de passageiros do Município de Cuiabá. E a referida norma, em seu artigo 3º, que bem dispõe sobre a multa, fixando de forma expressa a sua quantificação, que no caso ficou estabelecida no valor correspondente a 50 (cinquenta) UFIR's ou outro índice que vier a substituí-lo. Portanto a regra a imperar neste caso, é a regra específica, seja quanto à obrigação a que está afeito o infrator, seja em relação a própria infração e respectiva multa. 3) Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à recorrente, visto que não produziu nenhuma prova de que o veículo autuado exibia placa lateral de itinerário, conforme exige ao artigo 1º da Lei nº 4.406/2003. Por consequência, não há nenhum fato a se contrapor a autuação lavrada pela fiscalização municipal. Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência em exercício da Senhora Helenise Aparecida Lara de S Ferreira, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e não prover** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os

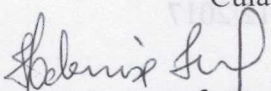
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.


Conselheiros: 1. Marcelo Daubian Paes de Barros; 2. Samuel Barrem da Silva; 3. Roberto Carloni de Assis e 4. Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira.

Presente no julgamento o Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dr. Edilson Rosendo da Silva.

Cuiabá, 30 de outubro de 2018


Helenise Aparecida Lara de Souza Ferreira
Presidente da Turma em exercício


Dauto Barbosa Castro Passare
Conselheiro Relator


Edilson Rosendo da Silva
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

ACÓRDÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA DO CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Sessão do dia 31 de outubro do ano 2.018

Acórdão e Ementa nº 0167/2018

Conselheiro Relator: *Jaime Marcelino Ferreira Júnior*

Recorrente: **HOSPITAL JARDIM CUIABÁ LTDA**

Recorrido: Prefeitura Municipal de Cuiabá – SMS

Recurso Voluntário Processo nº: 0.029.955/2018-1 de 23/03/2018

Auto de Infração nº 213 - SMS - Valor: R\$ 24.704,68

EMENTA

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - DIREITO ADMINISTRATIVO – AUTO DE INFRAÇÃO – VIGILÂNCIA SANITÁRIA. IRREGULARIDADE SANITÁRIA CONSTATADA. AUSÊNCIA DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO. RISCO À SAÚDE. DESCUMPRIMENTO DE T.A.C. PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA E MULTA. CABIMENTO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência da Senhor João Tito S Cademartori Neto, na conformidade da ata de julgamento, **por unanimidade de votos**, em **conhecer e não prover** o Recurso voluntário e nos termos do voto do Conselheiro Relator, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com o Relator os Conselheiros: 1. Elias Correia Pedrozo; 2. Benedita Madaleno da Costa; 3. João Tito S Cademartori Neto; 4. Luiz Mario Massad Gomes da Silva; 5. Benedito Oscar Fernandes de Campos e 6. Reginaldo Conceição Amorim.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 2ª Turma Julgadora, Drª. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá, 31 de outubro de 2.018

João Tito Schenini Cademartori Neto
Presidente da Turma

Jaime Marcelino Ferreira Júnior
Conselheiro Relator

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município

